

Contribuição sumária à crítica da sociologia contemporânea: o caso Norbert Elias

Avanço de investigação em curso

GT16 - Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais

Sylvio Marinho da Pureza Ramires (Mestre em Sociologia),
da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Luziene Corrêa Parnaíba (Mestre em Sociologia),
da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo, investigar a teoria sociológica de Norbert Elias com a finalidade de compreender melhor o posicionamento epistemológico assumido por este autor a partir de meados do século XIX. Para isso, tomamos como recorte à nossa discussão alguns dos conceitos formulados pelo autor em suas obras *Os estabelecidos e os Outsiders* (1965) e *Introdução à sociologia* (1970). Por meio dos textos procuramos mostrar como as ideias do autor estão vinculadas à atmosfera intelectual da Europa formada a partir de meados do século XX. Quanto ao método utilizado, trata-se do materialismo histórico-dialético, cuja análise do pensamento de Elias se realizará considerando a relação histórico-ontológica entre trabalho e pensamento social.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Irracionalismo. Teoria sociológica contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

O perfil paradigmático em voga nas Ciências Sociais, atualmente, expressa-se pela tendência em apontar as insuficiências das teorias do passado frente às novas realidades sociais que despontaram com o pós-1945, e que se estendem até nossos dias.

É preciso esclarecer que essas novas realidades decorrem de uma *dupla crise* iniciada por volta da década de 60 e intensificada após a década de 70 do século XIX. Em outras palavras,

“A complexificação da sociabilidade [...] acabou por desbordar em crises sem precedentes – do capitalismo e do socialismo real, o que redundava numa entificação da contemporaneidade tecida e involucrada por uma crise global e universal, que submete a generalidade das latitudes e longitudes – geográficas e ideológicas” (CHASIN, 1983, p. 11).

Ou seja, segundo Chasin (1983, p. 11-12) temos, de um lado, “a *barbárie do capitalismo*” e, do outro, a “*miséria do socialismo de acumulação*”. Esta última significando o “conjunto de eventos e problemas que redundam das tentativas de transição ao socialismo, quando efetivadas, como todas o foram até hoje, a partir de países atrasados”. Em última análise, vale dizer, são todas elas “Barbáries, em suma, gestadas ambas, em suas diversidades, por momentos distintos da mesma lógica perversa do *capital*”.

O que temos, portanto, é uma crise global capaz de afetar as mais variadas dimensões da vida social. Com o capitalismo tardio, “o conjunto do sistema fica desgovernado em todas as suas faces”

(CHASIN, 1983, p. 14-15) tornando o cenário propício a crença de que “novas” realidades exigem “novos” paradigmas.

Disso resulta que a tendência assumida pela teoria social após 1945 é a da constatação de que “os paradigmas teóricos elaborados no século XIX não têm mais condições de dar conta da dinâmica e complexa situação do mundo atual” (TONET, 2004, p. 168), melhor dizendo, a problemática se reproduziu pela afirmação de que,

Emergiram, com força crescente, novas dimensões da realidade que, até então, eram insuspeitas, surpreendendo os cientistas sociais. Afinal, revelou-se que era o antigo paradigma dominante nas Ciências Sociais o responsável principal pela miopia frente aos novos fenômenos sociais. Assim, seria necessária a elaboração de um **novo paradigma**, que fosse justamente capaz de dar visibilidade a esses fenômenos, permitindo a sua apreensão intelectual (EVANGELISTA apud PAOLI, 2002, p. 12, grifo do autor).

É nesse contexto, que propomos discutir a afirmação de superação da antinomia **indivíduo-sociedade** proposta pelos teóricos da sociologia contemporânea (neste caso, Norbert Elias) mediante um contexto de crise que é não apenas econômica, mas, sobretudo, cultural.

A partir das décadas de 50 a 60 do século XX, o estruturalismo se tornou uma das maiores expressões teóricas que respondeu pela “renovação” das reflexões em torno das Ciências Sociais. Essa corrente de pensamento se manifestou como uma das mais “novas” expressões de pensamento nascida sob a crise do capital. Sua postura epistemológica revelou no campo das Ciências Sociais – e em particular da Sociologia – contradições que refletem a própria crise de reestruturação do capital.

A sociologia, representada aqui pela teoria de Elias (2011), é parte decisiva dessa tendência histórica que foi capaz de assumir que a incapacidade das teorias do século XIX “se deve, essencialmente, ao seu caráter abrangente, totalizante e macroteórico” (TONET, 2004, p. 168). O problema é que a “nova” solução encontrada para essa “limitação paradigmática” é a da **ênfase no universo das representações sociais** enquanto **conjunto de micro-representações multifacetadas**, ou, como diria Evangelista (2002, p. 20), agora

deve-se dirigir às práticas sociais desses sujeitos coletivos e nelas procurar as suas novas “significações”, que estão contidas nas representações que esses sujeitos sociais fazem de si mesmos e daqueles outros com os quais estão em relação numa determinada sociedade.

Para a “nova” ciência, “o modelo lingüístico torna-se um paradigma geral nas ciências humanas” (ANDERSON, 1984, p. 55), ou, como dirá Evangelista (2002, p. 21), é a partir desse momento “que o ‘discurso’ ganha um novo estatuto teórico, com a eliminação de todas as referências a um centro, a um sujeito ou a uma origem”.

Com isso, percebemos que o universo configurado após a segunda guerra mundial foi o das representações lingüístico-estruturais com ênfase – em última instância – nas ações sociais dos indivíduos em seu enfoque microsociológico-representacional multifacetado.

Por essa razão, parece-nos pertinente, verificar no discurso científico da teoria sociológica de Elias **os traços** que reproduzem essa “nova concepção” paradigmática adotada em um contexto de crise das ciências humanas.

Para isso, partiremos da discussão nevrálgica sobre o problema da antinomia indivíduo-sociedade, procurando relacioná-lo a alguns conceitos centrais desenvolvidos pelo respectivo autor.

2 A SOCIEDADE “PÓS-MODERNA”

Antes de iniciarmos a análise específica proposta por este trabalho, torna-se necessário relacionar algumas características centrais que marcaram a sociedade “pós-moderna” e o movimento filosófico-científico europeu em sua nova fase de transição.

Segundo Montaño e Duriguetto (1993, p. 192, grifo do autor), após 1945, o regime de acumulação fordista-keynesiano se apresenta “inteiramente desnecessário, ineficiente e até negativo para o capital (sob o comando financeiro)”. Agora,

[...] o regime (‘fordista-keynesiano’) deve ser substituído por uma nova estratégia hegemônica. Uma estratégia que anule as conquistas trabalhistas e que permita a superexploração do trabalho como um todo; uma estratégia que altere as condições do contexto anterior criando, no pós-1970, um novo ‘regime de acumulação’ que Harvey denomina de **flexível: a ofensiva neoliberal**”.

Em outros termos, significa dizer que a sociedade do capital assume como uma de suas estratégias fundamentais a **reestruturação da produção** baseada em um processo de produção mais flexível determinado inicialmente pelo modelo toyotista¹.

Desse modo, o cenário que se configura é o da **busca por alternativas** que possam recompor o quadro de estabilidade exigido pelos ciclos de reprodução do capital. Essa busca se realiza tanto no plano econômico, quanto no plano político, científico, filosófico etc. O fato é que não se pode dissociar a produção teórica (intelectual, filosófica etc.) de sua realidade objetiva, sendo esta última, determinada pela desenvolvimento das forças produtivas que a cada momento histórico põe em evidência os traços de sua complexa entificação societária. Traços estes, que se dobram dialeticamente sobre a produção subjetiva da consciência fazendo-a reproduzir de modo **crítico** ou **conservador** a nova realidade em questão. Por essa razão, partimos da prerrogativa de Marx (2007, p. 93-94) de que

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na imagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas.

Ou seja, quando Marx (2007) acentua que “Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, **mas os homens reais, ativos**” ele chama atenção para o fato de que o mundo dos homens se faz por meio da relação homem/natureza, cujo elemento mediador substancial é o trabalho. Por isso, acentua o autor, trata-se dos “homens reais, ativos [...]”

¹ Para uma melhor compreensão acerca do sistema toyotista de produção, cf. Gounet, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelo **intercâmbio** que a ele corresponde”. Significa, em outros termos, que o **modo** como os homens vão estabelecer esse intercâmbio implicará sobre o **modo** como os homens definirão suas subjetividades (suas ideias, seus valores etc.). Aqui, a relação entre objetividade e subjetividade aparece mediada pelo trabalho enquanto matriz ontológica fundamental.

Por essa razão, a busca por alternativas à superação da crise do capital a partir da década de 70 implicará na elaboração de “novas” ideias que irão reproduzir, de certa forma, as novas características desencadeadas pela crise imanente do modo de produção capitalista.

Em virtude disso, é possível constatar em grande medida, que as teorias sociais que assumiram o cenário intelectual desse período tenderam a reproduzir – não de modo mecânico, mas dialeticamente – as condições históricas de crise e flexibilização das produções materiais (objetivas) e espirituais (subjetivas).

Se no plano geral a característica assumida pelo novo modelo de produção capitalista é o do regime de acumulação flexível, no **universo teórico de produção** essa característica geral se reflete em três outras de cunho flexível.

A primeira, segundo Zaidan (1989, p. 21), é “a desreferencialização do real”, que é a tendência em “reduzir tudo ao ‘simulacro’, à ‘simulação’, à ‘representação da realidade’”. De outro modo, significa que “as determinações ontológicas sobre o conhecimento desaparecem, perdem o sentido”, ou seja, “não há real e muito menos um ‘sentido’ nesse real. Há somente o simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade. Esta é a única realidade”.

A segunda é a da “dessubstancialização do sujeito” que é “reduzido a um mero feixe de sensações hedonistas”, ou seja, o sujeito histórico perde seu estatuto ontológico em função de um agir subjetivamente fragmentário, passageiro e deslocado do real, mas preso à representação da realidade como realidade.

E por último, a “política do social”, que parte da consideração de que “o objeto das práticas políticas se redefine a partir do cotidiano de cada um. Essa troca do mediato pelo imediato implica numa outra maneira de fazer política, mais laica, mais informal, mas molecular”.

Enfim, fica evidenciado que a postura adotada pela teoria social contemporânea é a da reprodução da realidade a partir do imediato, da aparência, do superficial, do fenomênico etc. Veremos a seguir, como a teoria sociológica de Elias manifestará um discurso flexível que, de algum modo, reflete a lógica de reprodução do capital.

3 A FLEXIBILIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO NA TEORIA SOCIOLÓGICA: O CASO NORBERT ELIAS

Para que possamos entender os impactos do capitalismo tardio (ou globalizado) sobre a lógica de desenvolvimento da sociologia de Elias, torna-se necessário compreender o problema da antinomia indivíduo-sociedade, pois é neste que está impresso o traço epistemológico assumido por este teórico.

Nas primeiras páginas de *Introdução à Sociologia* (2011), Norbert Elias problematiza a relação indivíduo-sociedade partindo da afirmativa de que o modelo teórico tradicional “é ingenuamente egocêntrico” por considerar a sociedade em oposição ao indivíduo. Nesse modelo, afirma Elias (2011, p. 13-14):

[...] os instrumentos convencionais com que pensamos e falamos são geralmente construídos como se tudo aquilo que experienciássemos como externo ao indivíduo fosse uma coisa, um ‘objeto’ e, pior ainda, um objeto estático. Conceitos como ‘família’ ou ‘escola’ referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as

peçoas formam umas com as outras. Mas a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matéria-objetos tais como as rochas, árvores ou casas.

A proposta do autor é a de que a unilateralidade do modelo científico tradicional possa ser superada a partir de uma reorientação dos conceitos sociológicos. Segundo Elias (2011, p. 18, grifo nosso), “a sociologia deverá produzir gradualmente outros **conceitos**, que sejam mais adequados às particularidades das **representações sociais** do homem”, ou seja, cabe à sociologia “colocar no devido lugar outros **instrumentos de linguagem e de pensamento** mais adequados à investigação científica das **representações sociais**”.

Ao analisarmos estes trechos percebemos a ênfase dada pelo autor à reorientação da linguagem e do pensamento para a adequada compreensão daquilo que vem a ser o objeto da sociologia em sua “nova” fase, as representações sociais e simbólicas dos indivíduos. Afinal de contas, cabe à sociologia o estudo da sociedade “e as sociedades, no fim de contas, não são mais do que **unidades compósitas** em que os **seres humanos individuais** são as partes componentes” (ELIAS, 2011, p. 77, grifo nosso).

Percebe-se, com isso, que a sociologia de Elias assume uma aura investigativa típica da formação do pós-guerra, em que os conceitos criados para explicar a dimensão simbólica do social apresentam um caráter flexível e contraditório. As relações humanas são relações entre indivíduos e possuem a característica de serem relações de pensamento, cujo funcionamento ocorre por meio da heterogeneidade das interconexões subjetivas, que são interdependentes e configuracionais e que ocorrem motivadas em última instância pelas **forças compulsivas** (as representações ou figurações) dos sujeitos².

É preciso chamar a atenção para o fato de que todos os conceitos desenvolvidos por Elias estão vinculados à ideia de que “O **poder** [...] é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 2011, p. 81, grifo nosso). Sendo este entendido, em seu conjunto, como um complexo de poderes configuracionais e interdependentes desnivelados (heterogêneo), em que a **disputa por poder** joga um papel fundamental.

O que temos, no entanto, é a flexibilização dos conceitos que se definem por não possuírem uma fixidez. Tudo é **unidade compósita de representações**³. Não há uma racionalidade objetiva no real que possa ser apreendida como uma constância em transformação. Há apenas o ‘simulacro’, pois os sujeitos flutuam em um espaço de representações que independem de seu desenvolvimento histórico-ontológico imanente.

Ou seja, enquanto que na perspectiva marxiano-lukacsiana⁴ o trabalho é fundamento ontológico da vida em sociedade, enquanto unidade universal articuladora da produção da vida como totalidade, na perspectiva sociológica contemporânea, dar-se-á o oposto, pois a posição epistêmica assumida é a de que a compreensão da “realidade” só poderá ser apreendida partindo-se do pressuposto hegeliano – agora, vulgarizado – de que o “**real é relacional**” (BOURDIEU, 2005, p. 28). Ou, dito de outra maneira, significa que nessa perspectiva “desaparece a causalidade como nexos inteligíveis da necessidade entre as relações sociais ou os acontecimentos” (ZAIDAN, 1989, p. 52-59).

² Para saber mais sobre os principais conceitos de Norbert Elias, cf. *Introdução à Sociologia* (2011), *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), *A sociedade dos indivíduos* (1994).

³ O termo compósita advém de compósito, que significa “caracterizado pela heterogeneidade de elementos; feito de vários elementos ou partes diferentes” (HOUAISS, 2009, p. 506).

⁴ Sobre o trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social ver Lukács, G. **O trabalho**. Trad. Ivo Tonet. Maceió: 1997 (mimeo).

Como apontamos anteriormente, isso representa a característica de **desreferencialização do real** e de **dessubstancialização do sujeito**, uma vez que aparece como “reduzido a um mero feixe de sensações hedonistas”. Quanto à característica de **politização do social** basta verificarmos o conceito de poder para perceber que ele varia em conformidade com os diferentes interesses presentes em cada um dos sujeitos.

A presença dessas características na teoria de Elias aponta para o reconhecimento de que os modos de produção teórica “aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material” (MARX, 2007, p. 93). Ademais, no que diz respeito à relação indivíduo-sociedade, temos a tônica entoada a favor do indivíduo, mesmo quando no discurso essa relação se apresenta como “interdependente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da teoria social a partir do pós-guerra traz consigo uma “aura de renovação” que, no nosso entendimento, precisa ser aprofundado de modo mais aprimorado, através da elaboração de pesquisas mais extensas que possam dar conta da totalidade teórica de cada autor.

No entanto, foi possível constatar até aqui, que Elias parte da premissa de que o problema do conhecimento nas ciências sociais se deve a miopia das tradições anteriores que não enxergavam a possibilidade de entender a realidade de um modo relacional, reflexivo, devido ao modo de pensar unilateral daquelas teorias.

Parece-nos que o discurso da superação da antinomia indivíduo-sociedade reproduzido pela sociologia contemporânea de Elias nos revela algumas condições necessárias para sua melhor explicitação.

De um lado, é preciso considerar (como fizemos neste trabalho) o peso do **momento histórico** em que foi produzida a sociologia desse autor. Do outro, o nível de **legitimidade** que possui a afirmação de superação da antinomia frente a seus antecessores.

Neste último caso, a afirmação de superação da antinomia possui uma fragilidade ao admitir, segundo Tonet (2004, p. 172), que “as relações entre subjetividade e objetividade – e isto é afirmado explicitamente – são aleatórias e arbitrarias”. Com isso, “se exclui a existência de qualquer parâmetro geral sob a alegação de que isto levaria necessariamente a uma relação de causalidade mecanicista entre as ideias e a realidade”.

Apesar de suas afirmações pontuais, de que sua teoria não pende nem para um lado (indivíduo) nem para o outro (sociedade), constatamos que isso parece contraditório, pois o contexto histórico e as obras em análise mostraram que “toda a problemática da cientificidade é vista do ângulo do sujeito” (TONET, 2004, p. 174). Em outras palavras, significa dizer, que boa parte dos intelectuais não percebe que,

“entre a realidade objetiva e as ideias existe todo o campo de mediações da particularidade, que é o território onde se dá o encontro entre a universalidade do ser social na sua forma capitalista e a singularidade do intelectual, **cujo papel ativo dá forma subjetiva à objetividade**. Por sua vez, é no campo da particularidade que se situam as classes sociais, momentos axiais do devenir do ser social. De modo que **a relação entre elas e o conhecimento é um dado da realidade, essencial, e não uma imputação subjetiva**. Desconhecer essa relação, ou dar-lhe uma configuração exterior, esgarçada, a pretexto de combater o mecanicismo, é falsear o problema” (TONET, 2004, p. 180, grifo do autor).

Em síntese, significa afirmar que o sujeito histórico está envolto em uma totalidade particular material (a sociedade capitalista como particularidade) onde o trabalho se apresenta como ato de mediação entre a subjetividade e a objetividade que se realizam a partir de uma particularidade (a sociedade capitalista). Por isso, cabe frisar: em nossa perspectiva (marxiana), a subjetividade é **objetivação subjetivada**, ou seja, ela mantém uma articulação ontológica com a particularidade histórica, com o contexto material em que se insere.

Desse modo, é preciso reconhecer que a análise por nós realizada não implica em reduzir toda contribuição teórica do autor à mera reprodução mecânica da crise global, mas em acentuar a necessidade de compreendê-la à luz da totalidade histórica, o que nos leva ao reconhecimento de que algumas dessas teorias “modernizadas” e/ou “pós-modernizadas” além de reproduzirem uma dada realidade, também possuem um caráter elucidativo capaz de despertar em outras perspectivas teóricas questões ainda pouco pesquisadas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo**. Tradução de Denese Bottmann. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHASIN, José. **Marx hoje**. São Paulo: Editora Escrita, 1983.

ELIAS, Nobert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. Tradução de Roberto Markenson e Nelci do Nascimento Gonçalves. São Paulo: Ensaio, 1988.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **A constituição da sociedade**. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução de Bernardo Jofilly. São Paulo: Boitempo, 1999.

LUKÁCS, György. **O trabalho**. Trad. Ivo Tonet. Maceió: 1997 (mimeo).

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P. **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.